Análise de Conjuntura – Agosto de 2010

- Não é documento oficial da CNBB -

Apresentação

No panorama internacional destaca-se o reconhecimento do acesso à água como Direito Humano pela ONU, demanda esta apresentada pelas Igrejas ainda em 2005. Segue-se com mais um "capítulo" da relação entre Brasil-Irã, protagonizada pelos seus respectivos presidentes. Finalizando com uma reflexão sobre o significado das comemorações dos 50 anos da independência de muitos países africanos, celebrados em 2010.

No âmbito Latino-americano e caribenho merecerão destaque o conflito entre Venezuela e Colômbia, o belo exemplo do Equador na preservação de suas riquezas naturais e a análise crítica das conclusões da XI Conferência Regional de Mulheres, realizada em julho, resultando no "Consenso de Brasília".

Pela relação entre Brasil e a integração econômica com os países do continente, começa-se a abordagem sobre os fatos do país. Analisa-se o "estado da arte" da aplicação da Lei da Ficha Limpa e seus desafios, bem como o andamento das eleições 2010, apresentando-se o quadro da evolução das pesquisas. No tema sobre política social, destaca-se a situação crítica da Educação Básica no Brasil, a partir das reflexões desenvolvidas na Conferência Nacional de Educação – CONAE.

Na perspectiva dos movimentos sociais aborda-se o Documento Final da II Assembleia Popular; uma notícia sobre as mobilizações indígenas; o resultado da CPMI do MST; uma reflexão sobre o significado do Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra, previsto para ocorrer durante o Grito dos Excluídos deste ano. Conclui-se a sessão com uma reflexão acerca da decisão do TCU de rever as anistias concedidas às vítimas do Regime Militar.

A análise será concluída com a apresentação das Notícias do Congresso sobre a Lei das religiões; as alterações no Código Florestal; a regulamentação da legislação sobre a filantropia; a aprovação da licença maternidade para 180 dias; a aprovação da PEC do divórcio no Senado, bem como da MP 483 que cria uma secretaria para saúde indígena, além de transformar secretarias especiais em secretarias com status de ministério.

1. Internacional

Declaração da ONU reconhece o acesso à Água Potável e ao Saneamento como Direito Humano

No dia 29 de julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução na qual declara que a acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito de todo ser humano. A Resolução recebeu 122 votos a favor, 41 abstenções e nenhum voto contra. O direito à água e ao saneamento passa agora a ser incluídos no artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Como o acesso à água e a disponibilidade do saneamento estão estreitamente vinculados, a adoção desta resolução pelos 192 países membros, será uma das medidas mais impactantes já realizadas pela ONU, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, considerando que a privação ao acesso à água potável e ao saneamento é uma das piores violações dos direitos humanos.

À época não se poderia prever que chegaríamos em 2010, com quase dois bilhões de pessoas vivendo em áreas com escassez de água e, de três bilhões que não têm água corrente no raio de um quilômetro de suas casas. O número dos que não recebem serviços de saneamento básico é de 2,6 bilhões de pessoas. Estudos analisados pela ONU revelam ainda que pelo menos 1,5 milhões de crianças morrem, anualmente, antes de completar cinco anos de vida por falta de água potável.

Para dar consistência ao debate, elaborou-se um projeto de fundamentação jurídica de alto nível, de duas páginas, promovido pelo governo da Bolívia. Foi aprovado ainda o pedido do Conselho de Direitos Humanos para que a relatora independente do órgão, Catarina de Albuquerque, passe a apresentar um balanço anual sobre o tema à Assembleia Geral.

É importante lembrar que em 2005 foi assinada, divulgada e enviada à ONU a Declaração Ecumênica sobre a água como Direito Humano e Bem Público*1*, na qual as entidades signatárias (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, da Confederação Suíça de Igrejas Evangélicas, da Conferência Nacional de Bispos do Brasil e da Conferência dos Bispos da Suíça) afirmam*: "nos alegramos e nos animamos com as iniciativas de nossas comunidades e assumimos as manifestações das nossas Igrejas no mundo inteiro em favor da água como Direito Humano e Bem Público. (…)* Exigimos que a água seja considerada e tratada como um bem público. O Estado deve garantir o acesso à água potável para todos, o que implica em: preço acessível da água para todos; obtenção de recursos técnicos e financeiros; participação das comunidades e entidades locais nas tomadas de decisão no que diz respeito ao uso dos recursos hídricos existentes".

Relações Brasil-Irã (2)

A situação do Irã se agrava depois do Chefe das Forças Armadas declarar que os EUA tem um plano de ataque ao país. É a primeira vez que a autoridade militar máxima fala tão explicitamente desta possibilidade. Há de considerar com realismo e objetividade a tragédia que provocaria tal decisão no mundo todo. Mas Israel – sabendo que os EUA são forçados a apoiá-lo até onde for – continua seu plano de expansão, e não pode nem imaginar que o Irã tenha a bomba atômica. Mas, ele a tem. Bombardeará as instalações atômicas no Irã se essas representarem uma ameaça e um risco.

As notícias são mais raras. Por outro lado, analistas consideram que depois da intervenção do presidente Lula e do Premiê turco Erdogan, a eventualidade de retomar as negociações é mais provável. O clima parece mais de negociações do que de confronto. Mas há aqueles que consideram que as negociações já duraram tempo demais, que não houve avanço nenhum, que o acordo entre o Irã e o Brasil e a Turquia não é crível, que não se pode acreditar no presidente Ahmadinejad, que este não quer negociar e que só procura ganhar tempo; e que a solução, agora, é militar.

As novas sanções internacionais começam a fazer dano e a pesar no quadro de conjunto; as grandes empresas deixam o país. Na opinião do ministro Celso Amorim, a via diplomática deve ser prosseguida, apesar de Washington ameaçar com a intervenção militar. Ele segue confiando em construir uma mesa de negociações. Considera que a hora é mais de manter relações do que de confronto. Assim, Brasília insiste na negociação, os EUA preferem as sanções.

Já Teerã diz que aceita negociar se o Brasil e a Turquia participarem. Washington e seus aliados (Reino Unido, França e Alemanha) consideram essa proposta enganosa, e que o Brasil e a Turquia estão sendo manipulados e usados.

Apesar de suas boas relações com Teerã, Lula recebeu uma negativa como resposta à sua oferta de asilar no Brasil a senhora *Sakineh*, ameaçada de ser apedrejada pelo crime de adultério, não provado.

África: 50 anos de independência?

Entre 1951 e 1964, 47 dos 54 países africanos acederam à independência. O ano 1960 fica como a data simbólica deste longo processo, já que neste ano 17 países conseguiram a sua a independência. Vários países comemoraram essa conquista, em ordem dispersada, cada um na data da festa nacional. Em Paris, no dia 14 de julho, na festa nacional da Queda da Bastilha, as tropas de ex-colônias desfilaram nos Campos Elísios. Em Washington, no dia 3 de agosto, o presidente Obama recebeu 115 jovens de 46 países do continente e lhes expôs a sua visão de desenvolvimento baseado no comércio e a liberalização dos investimentos.

---

[1] http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/499-declaracao-ecumenica-sobre-a-agua-como-direito-humano-e-bem-publico

Além das iluminações, o continente vive na pobreza e miséria, exangue pela muitas guerras cíveis desde as independências. Como se não bastasse, agora a pandemia da Aids deixa o continente de luto. Com algumas poucas exceções, o balanço de 50 anos de independência não é muito animador. O continente continua espoliado, agora pelo neocolonialismo globalizado. Com renovado empenho, as empresas asiáticas, chinesas em particular, despojam o continente de seus recursos naturais.

No seu conjunto, a África não conseguiu integrar o modelo democrático. Em poucas décadas, classes dominantes cresceram a partir do agravamento das desigualdades e da miséria. As políticas anti-migratórias da Europa (para muitos migrantes, o continente mais "próximo") tornam ainda mais frágeis os sonhos de muitos de buscarem dignidade de vida no continente vizinho.

Como será a África quando celebrar os 100 anos de independência? Isso depende dos africanos, mas também da boa vontade das demais nações do mundo em estabelecer outro tipo de relação os países do Continente.

2. América Latina

Colômbia X Venezuela: conflitos de personalidades

O novo presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, expressou no dia da sua posse (07/08/2010) sua intenção de restabelecer e renovar as relações com Caracas. Encontrou-se com o presidente Hugo Chávez apenas dois dias depois de assumir o seu mandato. Quis demonstrar assim a sua independência em relação ao ex-presidente, Álvaro Uribe, e seu propósito de revalorizar a diplomacia do país.

Por que Uribe lançou essa provocação contra Chávez poucas semanas antes de deixar a presidência, com um pretexto já antigo? Não é segredo para nenhum governo da região que há membros das FARC na Venezuela. Chávez também o sabe. Atrás do ataque de Uribe, há mais razões internacionais do domésticas[2]. A resposta de Chávez enviando tropas na fronteira com Colômbia, é também um pretexto diante da delicada situação política interna do presidente. Haverá eleições legislativas em setembro desse ano.

Enquanto Uribe tentava pôr o assunto em debate na OEA (na qual podia contar com o apoio dos EUA), os governos membros da Unasul (cujos membros são exclusivamente da América do Sul) deram a prioridade à negociação no âmbito do Continente Sul Americano. O presidente Lula foi o incisivo: "o que me parece estranho é que isso ocorra poucos dias antes que Uribe deixe a presidência". Lula foi pessoalmente falar com Santos (antes da posse deste) e com Hugo Chávez, mostrando que a América Latina, pode ela mesma resolver os seus problemas.

Há importantes interesses econômicos em jogo: a Venezuela sempre foi o segundo país destinatário das exportações colombianas. Em 2008, Venezuela importou de Colômbia 7 bilhões de dólares; esse número caiu a menos de 1,5 bilhão este ano.

É do interesse de toda América Latina e Caribe, e da credibilidade da Unasul que cesse a tensão entre os dois países. A posse do novo presidente colombiano favoreceu a solução do conflito.

Equador: um exemplo de sustentabilidade

O Equador tem em seu território a reserva nacional de Yasuní, com grande biodiversidade. A reserva de 10 mil Km^2 contém espécies exclusivamente da região. Também abriga alguns povos indígenas. Essa região tem petróleo. A Constituição de 2008 abre novas perspectivas para o futuro dos povos que se situem fora do horizonte de um crescimento ilimitado. É neste quadro que o governo de

---

2 De 1997 a 2007, os Estados-Unidos aplicaram 7,3 bilhões de dólares de ajuda militar e policial à América latina. Os "inimigos" que ameaçam a segurança democrática, na visão norte-americana, são múltiplos e diversos: islamitas, contrabandistas e narcotraficantes refugiados na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai; populistas radicais de Venezuela e Bolívia; organizações terroristas e paramilitares em Colômbia. Neste contexto, se explica a reativação da IV Frota Americana e a multiplicação de bases americanas, sobretudo, na Colômbia.

Rafael Correa fez a seguinte proposta: renuncia aos 850 milhões de barris de petróleo que estão no subsolo em troca da metade dos fundos que o país ganharia da exploração de esta riqueza (ou seja, US$ 3,6 bilhões). Os fundos recolhidos serão utilizados na pesquisa de energias renováveis, o reflorestamento e outras medidas ecológicas. Essa iniciativa (que evitará o lançamento na atmosfera de 410 milhões de toneladas de CO^2) é oposta à lógica de Copenhague que procurar ganhar dinheiro criando um mercado do carbono.

Um contrato entre a ONU e o Equador foi assinado, no qual o país se compromete a manter a reserva intacta durante pelo menos uma década. A representante do PNUD afirmou que é a primeira vez que um país se compromete com um acordo deste tipo. "A assinatura do acordo é uma medida audaciosa, vanguardista e histórica. Esse é o primeiro país do mundo a fazê-lo". Alemanha, Holanda, Noruega e Itália são entre os países que mostraram interesse em contribuir com o fundo que pagará ao Equador a preservação da reserva.

Consenso de Brasília: XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe

Ministras, delegadas e delegados representando os governos dos países da América Latina e Caribe se reuniram em Brasília, de 13 a 16 de julho de 2010, para discutir o tema "das conquistas e desafios para alcançar a igualdade de gênero com ênfase na autonomia e no empoderamento econômico das mulheres". Ao tempo que inúmeros temas importantes foram tratados, tais como: conquistar maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho; fortalecer a cidadania das mulheres; ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisões e nas esferas de poder; enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres; foram abordaram assuntos que implicam aos olhos da moral cristã em contra-valores na suas proposições. Este documento se inscreve no processo das reuniões internacionais em prol da emancipação-libertação das mulheres, realizado sob os auspícios das Nações Unidas.

3. Brasil

O destino sul americano do Brasil, por razões econômicas

A dinâmica do crescimento a partir do dualismo brasileiro, sucesso relativo de uma engenharia macroeconômica de conciliação de contradições, fazendo-as funcionar como complementares, talvez seja paradigma a se adaptar à realidade latino-americana e caribenha e às relações do Brasil com os demais países da região.

Deixadas à lógica do mercado e das vantagens comparativas estas relações não caminham no sentido integrador. É que o Brasil, internamente plural e diverso, diante de cada país parceiro na região tem produtos mais competitivos que complementares com os deles. Ou seja, as relações do Brasil com os vizinhos são diferentes daquelas da Comunidade Europeia com eles – ou com ele. Mais: a possibilidade de tamanho de empresas e de produção no Brasil, graças ao tamanho do seu mercado interno, lhe dá vantagens com que os outros não podem competir, a não ser que se unam (perigosamente!) contra ele.

Por outra parte, para dinamizar exatamente estas possibilidades de economia de escala nos próximos 15 anos, o Brasil vai precisar desta integração. Pode-se e deve-se desejar a integração por razões humanas, filosóficas, religiosas. Mas aqui estamos falando de programação inteligente e eficaz da economia. Decisões racionais no curto prazo e em nível micro-econômico podem contradizer a estratégia mais lúcida em termos macro-econômicos e de longo prazo.

Poderá haver críticas do gênero "não temos que promover beneficência com o Paraguai... o Equador". Mas não se trata de beneficência. A lógica é similar à do Plano Marshall pelo qual os Estados Unidos ajudaram com empréstimos e investimentos a reconstrução europeia. Não era beneficência. Politicamente era decisão lúcida do ponto de vista do que interessava aos Estados Unidos. Mas era também em termos econômicos investimento, gastos feitos para tornar possível aos Estados Unidos produzirem mais e melhor num momento posterior.

Quer dizer, para o Brasil em 2025 estar produzindo mais e melhor - inclusive atender melhor às necessidades da população a custos ambientais mais baixos – vai ser necessário aqui e ali abrir mão de vantagens imediatas de balanço de pagamentos na relação com os vizinhos do continente, para fazê-los mais parceiros – e mais dinâmicos.

Mas isto exige projeto elaborado e consistente de composição de contradições, que inevitavelmente, por meio de estímulos, cotas, taxas, regulamentos, vai ter até certo ponto de disciplinar e canalizar a atuação das empresas situadas no Brasil, com relação àqueles países – o que certamente deverá ser objeto de crítica de setores da sociedade brasileira, contra estes "limites postos à livre iniciativa".

Ficha Limpa e Eleições 2010.

Hoje, dia 17/08/2010, o TSE vai decidir se mantém a decisão do TRE-CE, que negou o registro de candidatura de um proponente por causa da Lei da Ficha Limpa. É o primeiro teste de aplicação plena da lei conquistada no Congresso Nacional por ampla mobilização social, liderada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

25% dos pedidos de impugnações foram acatados pelos TREs, totalizando 169 negações de registros de candidaturas. Candidatos de Governadores, senadores, deputados federais, estaduais a distritais tiveram suas candidaturas negadas. Apenas 4 dos 27 TREs não aplicaram plenamente a Lei da Ficha Limpa (MA, PA, RS e TO), decisões que as organizações integrantes do MCCE querem ver reformadas pelo TSE. Alguns TREs ainda não terminaram os julgamentos pelo volume de ações impetradas, principalmente pelos Ministérios Públicos Eleitorais.

Há casos emblemáticos que fizeram recurso ao TSE e, estão anunciando, recorrer ao Supremo Tribunal Federal para rever a aplicação da Lei da Ficha Limpa e voltarem à disputa pelo voto. É momento oportuno para que as organizações da Sociedade Civil se manifestem em favor da plena aplicação da Lei, para que haja moralidade nas eleições e, assim, haja um desempenho dos parlamentares e agentes públicos, mais condizente com os anseios da população brasileira.

A paternidade da Lei é disputada pelos candidatos a vice das candidaturas à presidência mais bem posicionadas nas pesquisas eleitorais. Todavia deve-se esclarecer que a paternidade da Lei está em sua origem: na enorme mobilização popular para aprovação da iniciativa popular e no frutífero diálogo com o Congresso Nacional. Os eleitores esperam empenho dos parlamentares que aprovaram a Lei da Ficha Limpa para que contribuam na sensibilização do judiciário brasileiro para plena aplicação da lei nestas eleições de 2010.

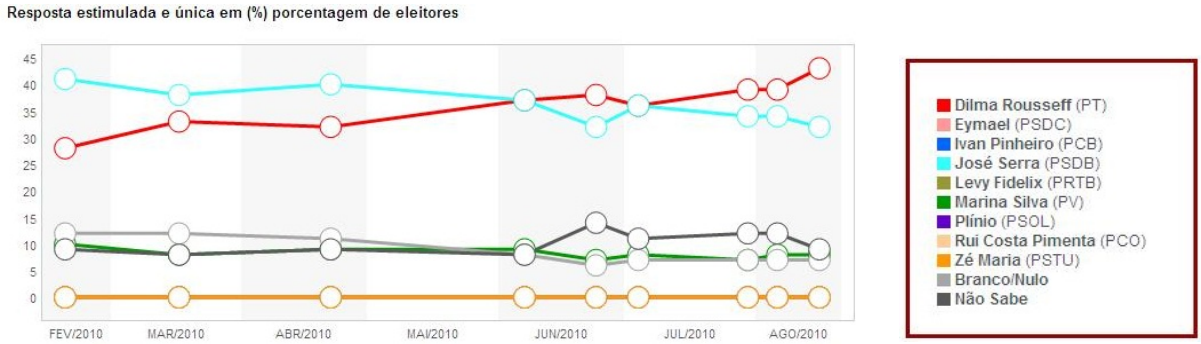
A lei da Ficha Limpa é a grande novidade destas eleições. Ela está provocando debates na perspectiva de que a honestidade e probidade na gestão dos recursos e bens públicos seja condição básica para apresentar-se à sociedade numa disputa eleitoral. São regras para avaliação da possibilidade de participação neste pleito eleitoral que foram estabelecidas em tempo hábil cumprindo o preceito constitucional previsto no parágrafo 9º, do artigo 14 da Constituição Federal de 1988:

> "*Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato,* ***considerada a vida pregressa do candidato****, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta*" (grifo nosso)

Assim, a Lei da Ficha Limpa, apenas estabeleceu de forma objetivo os critérios para análise dos pedidos de registro de candidaturas, antes de elas serem solicitadas. Além disso, ainda em maio, antes da aprovação da Lei, a maioria dos partidos já havia se comprometido à plena aplicação da Lei da Ficha Limpa na realização de suas convenções partidárias, independente de sua aprovação. Destarte, os partidos políticos têm compromisso moral assumido com a Sociedade Civil Brasileira de não apresentarem candidaturas que não passem pelo crivo da Ficha Limpa.

Para além da aplicação da Ficha Limpa, as eleições presidenciais ainda não aprofundaram um debate sobre suas propostas para os grandes problemas nacionais. Espera-se isso a partir dessa terça-feira, quando se iniciam os programas eleitorais obrigatórios até o dia 30 de setembro; além das inserções durante a programação diária no rádio e nas TVs, a apresentação dos programas de governo de cada candidatura comece a aparecer.

As pesquisas recentes, segundo o IBOPE (de 12 a 15/08, registrada no TSE sob o nº 23548/2010), apontam em primeiro lugar a candidatura do PT, Dilma (43%); seguida pelo segundo candidato, Serra (32%), do PSDB; em terceiro, aparece a ex-ministra Marina Silva (8%), do PV. Os outros seis candidatos não alcançaram 1%: Plínio (PSOL), Zé Maria (PSTU), Eymael (PSDC), Rui Costa Pimenta (PCO), Ivan Pinheiro (PCB), Levy Fidelix (PRTB). 9% do eleitorado não sabiam em quem vai votar e 7% votariam nulo ou em branco. Segundo o IBOPE, a evolução do quadro para presidência se configura[3]:



Em relação a temas caros à bioética, as quatro candidaturas à presidência, que possuem representação na Câmara Federal, anunciam posição muito semelhante: geralmente apresentam posição pessoal convergente com a moral cristã, todavia, admitem tratar no exercício do mandato temas como o aborto com um assunto de saúde pública.

Daí a necessidade de aprofundarmos debates para um discernimento sobre que projeto de sociedade defendem, para compará-los com as diretrizes apresentadas no Documento 91 da CNBB, "Por uma reforma do Estado com participação democrática", compilados para a cartilha elaborada por organismos e pastorais sociais, chamada "Eleições 2010 - Chão e Horizonte"[4]. Estes documentos trazem como questões importantes a participação popular na reforma do Estado, começando pela reforma política; a criação de um novo modelo de desenvolvimento, passando pela reforma tributária progressiva; a valorização do trabalho e dos direitos sociais; a afirmação da soberania sobre os bens comuns, como a água e o meio ambiente; a terra para trabalhar (reforma agrária) e morar; a defesa da vida e a proteção dos biomas e ecossistemas; a ética na política e na mídia; a qualidade da saúde pública e da educação.

A CBJP, a partir de uma proposta da Comissão Dominicana Justiça e Paz e dos documentos mencionados, está lançando os 10 "mandamentos" para o voto consciente a fim de distribuir como panfletos em locais de grande circulação e reprodução por meio eletrônico.

Assim, espera-se que se mantenha um bom nível nos debates, centralizando a discussão em propostas que enfrentem e superem a desigualdade social que ainda coloca o país na triste colocação

---

3 Fonte: http://eleicoes.uol.com.br/2010/pesquisas-eleitorais/brasil-presidente-primeiro-turno-ibope.jhtm, acessado em 16/08/2010.

4 40 mil cartilhas já estão em circulação no país.

de 8º país com a pior distribuições de renda do planeta (dentre 127 países)[5], ficando atrás apenas de sete países africanos e de todos os países sul-americanos, apesar do anunciado crescimento do Produto Interno bruto que na próxima década colocará o Brasil dentre as cinco maiores economias do mundo.

Números do eleitorado no Brasil conforme o TSE

A distribuição dos eleitores, por Estado, nas eleições deste ano, de acordo com os dados divulgados pelo TSE, terá repercussão tanto no Executivo como no Legislativo. Os cinco maiores estados em votos: SP (22,31%) + MG (10,69%) + RJ (8,53%) + BA (7,03%) + RS (5.97%) = 54,53% do eleitorado. Se ampliarmos para os 10 maiores Estados em votos, teremos mais de 75% do eleitorado.

UF	**Eleitorado apto para votar**				
AC	470.975 - 0,347%;	**AL**	2.034.326 - 1,498%;	**AM**	2.030.549 - 1,495%;
AP	420.799 - 0,310%;	**BA**	**9.550.898 - 7,033%;**	**CE**	5.881.584 - 4,331%;
DF	1.836.280 - 1,352%;	**ES**	2.523.185 - 1,858%;	**GO**	4.061.371 - 2,991%;
MA	4.324.696 - 3,185%;	**MG**	**14.522.090 - 10,693%;**	**MS**	1.702.511 - 1,254%;
MT	2.095.825 - 1,543%;	**PA**	4.768.457 - 3,511%;	**PB**	2.740.079 - 2,018%;
PE	6.259.850 - 4,609%;	**PI**	2.263.834 - 1,667%;	**PR**	7.601.553 - 5,597%;
RJ	**11.589.763 - 8,534%;**	**RN**	2.246.691 - 1,654%;	**RO**	1.079.327 - 0,795%;
RR	271.890 - 0,200%;	**RS**	**8.122.236 - 5,973**;	**SC**	4.538.981 - 3,342%;
SE	1.425.973 - 1,050%;	**SP**	**30.301.398 - 22,313%;**	**TO**	948.920 - 0,699%;
Exterior	200.392 - 0,148%				
Total geral	135.804.433 eleitores.				

Situação da Educação no Brasil

"A educação básica (primeira infância, infantil, fundamental e média) se constitui na principal tragédia da educação brasileira", segundo resultados da 62ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC), realizada no final de julho último em Natal(RN)[6]

De 28 de março a 1º de abril de 2010 foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), em Brasília (DF), quando se realizou um balanço do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (2001-2010), verificando-se que somente um terço das metas do atual PNE foram cumpridas: a) apenas 18,1% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas na Educação Infantil; b) apenas a metade dos jovens entre 15 e 17 anos frequenta o ensino médio e 15% estão fora da escola; e c) permanecem no analfabetismo 14 milhões de brasileiros maiores de 15 anos. O Ipea estima em 20 anos o tempo para a erradicação, caso permaneça o ritmo atual.

A responsabilidade da educação na primeira infância é compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado. As famílias e a sociedade precisam estimular a criança, lendo para elas, desenvolvendo jogos e conversas, além é claro de condições básicas de vida (alimentação saudável, moradia, saúde) e segurança (diálogo e paz em casa e na vizinhança). O Estado deve proporcionar o acesso a creches para as crianças até 3 anos. Esse cuidado na primeira infância faz toda a diferença no desenvolvimento da criança. Segundo pesquisas, cada dólar investido na infância até 3 anos, retornou para a sociedade nove dólares. Esse investimento é condição para impedir que a desigualdade se perpetue nas gerações posteriores.

A década de 2001 a 2010 é considerada a década da Educação, visto que neste período foram conquistados: a Emenda Constitucional no. 14 – FUNDEF; os Parâmetros Curriculares Nacionais; os Sistemas de Avaliação – INEP; Plano Nacional de Educação para Todos; o Pacto Nacional pela

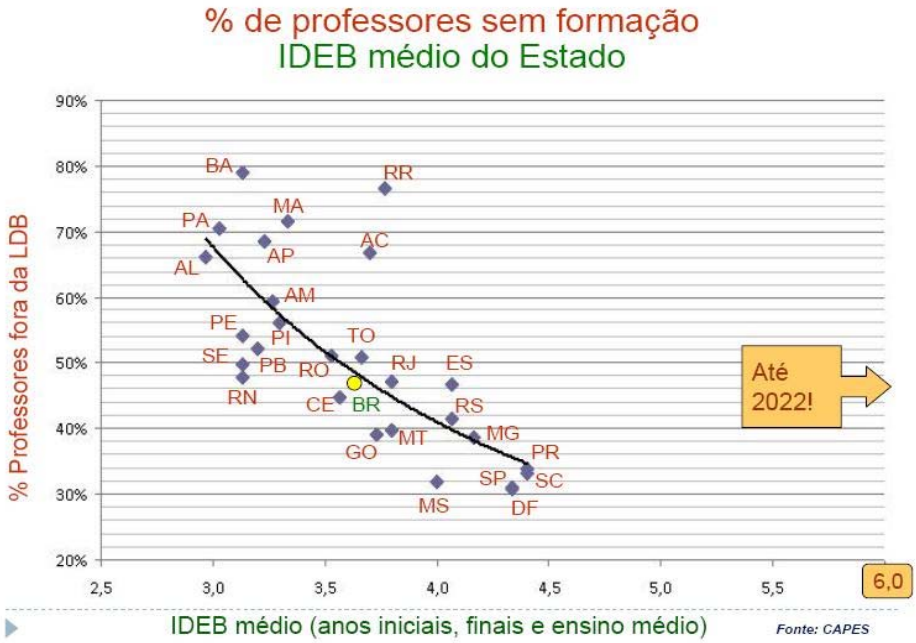
---

[5] Segundo dados do Human Development Report (HDR) – Organização das Nações Unidas (ONU), de 2004, o Brasil apresenta historicamente uma desigualdade extrema, com índice de Gini próximo a 0,6. Este valor indica uma desigualdade brutal e rara no resto do mundo, já que poucos países apresentam índice de Gini superior a 0,5

[6] Conforme artigo "os grandes desafios da educação brasileira", publicado em 07-08-2010, no Correio Braziliense, Caderno Opinião, p.23.

Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, a Constituição de Sistemas Municipais; o Ensino Fundamental de 9 anos; Emenda Constitucional no.53 – FUNDEB.

Todavia, apesar do esforço dos governos municipais, estaduais, do DF e Federal, em julho de 2010 foram divulgados os números do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que mostraram dados alarmantes (por exemplo: BA, RR, MA e PA ainda possuem mais de 70% dos professores da EB sem formação superior!), conforme dados do gráfico (abaixo), projetando para 2022 o alcance da nota 6,0 (índice de países com educação desenvolvida):



Os dez maiores desafios, discutidos na Conferência foram:

1. Extinguir o analfabetismo, inclusive o analfabetismo funcional, do cenário nacional.
2. Universalizar o atendimento público, gratuito, obrigatório e de qualidade da pré-escola, Ensino Fundamental de nove anos e Ensino Médio, além de ampliar significativamente esse atendimento nas creches.
3. Democratizar e expandir a oferta de Educação Superior, sobretudo da educação pública, sem descurar dos parâmetros de qualidade acadêmica.
4. Expandir a Educação Profissional de modo a atender as demandas produtivas e sociais locais, regionais e nacionais, em consonância com o desenvolvimento sustentável e com a inclusão social.
5. Garantir oportunidades, respeito e atenção educacional às demandas específicas de: estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade escolaridade, indígenas, afro-descendentes, quilombolas e povos do campo.
6. Implantar a Escola de Tempo Integral na Educação Básica, com projeto político pedagógico que melhore a prática educativa, com reflexos na qualidade da aprendizagem e da convivência social.
7. Implantar o Sistema Nacional de Educação, integrando, por meio da gestão democrática, os Planos de Educação dos diversos entes federados e das instituições de ensino, em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios, regulamentando o artigo 211 da Constituição Federal.
8. Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, de forma a atingir 10% do PIB até 2014.
9. Estabelecer padrões de qualidade para cada etapa e modalidade da educação, com definição dos insumos necessários à qualidade do ensino, delineando o custo-aluno-qualidade como parâmetro para seu financiamento.
10. Valorizar os profissionais da educação, garantindo formação inicial e continuada, além de salário e carreira compatíveis com sua importância social e com os dos profissionais de outras carreiras

equivalentes.

O papel do professor foi destacado como fundamental: não na perspectiva de "transmissor de conhecimento", mas como aquele(a) que tendo uma formação adequada, atue como facilitador na "era do conhecimento", quando a relação social é tremendamente influenciada pelos avanços científicos e tecnológicos. Para isso, além da formação é preciso valorizar a missão do professor, colocando-a como uma das carreiras mais bem remuneradas da sociedade, no patamar dos agentes públicos do judiciário brasileiro. As condições de trabalho deverão ser melhoradas e os conteúdos e os processos pedagógicos precisam passar por profunda revisão para estimular a "autonomia dos estudantes, orientando para o respeito a si mesmo e as demais e para a solidariedade", além do respeito à natureza, compreensão da diversidade cultural e da luta pela paz e pela igualdade.

O documento final[7], com 168 páginas, apresenta a idéia de um Sistema Nacional de Educação, que integre da Educação Básica à de Educação Superior, estabelecendo metas, diretrizes e estratégias para o novo Plano Nacional de Educação (PNE – 2011-2020). Suas deliberações articuladas em seis eixos: EIXO I - Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional; EIXO II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; EIXO III - Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; EIXO IV - Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação; EIXO V - Financiamento da Educação e Controle Social; EIXO VI - Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

4. Movimentos Sociais

Documento Final da II Assembleia Popular Nacional

Nos dias 25 a 28 de maio deste ano foi realizada em Luziânia (GO) a II Assembleia Popular Nacional, que reuniu centenas de representantes de pastorais sociais e movimentos populares de todo o país. O objetivo desta grande reunião foi debater propostas para o "Brasil que Queremos", dando seqüência a um processo de participação popular que teve início com as quatro Semanas Sociais Brasileiras.

A II Assembléia Popular Nacional aprovou uma série de propostas que atualizam aquelas aprovadas pela I Assembléia, realizada em 2005. Uma equipe de representantes e assessores sistematizou estas propostas atualizadas num novo documento, que deverá ser distribuído aos membros das pastorais sociais e movimentos populares, para ser estudado e debatido nas bases.

Este novo Projeto Popular para o Brasil está estruturado em seis eixos, sempre em torno dos Direitos do povo brasileiro e da nossa Mãe Terra: Direitos Ambientais; Direitos Políticos; Direitos Sociais; Direitos Econômicos e Direitos Culturais. É importante que, no âmbito das nossas pastorais e Dioceses, este novo documento seja utilizado como ferramenta de formação política e participação de base, contribuindo assim para o envolvimento da nossa população na construção do "Brasil que Queremos".

Haverá plenária nacional durante os dias 16 e 17 de setembro, em Brasília, com objetivo de avaliar a II Assembleia e a conjuntura; planejar a agenda de mobilizações para 2011.

Mobilizações Indígenas

Aconteceu, entre os dias 9 e 12 de agosto, em Altamira (PA), o Acampamento "Em Defesa do Xingu: Contra Belo Monte!", que reuniu cerca de 500 pessoas, entre indígenas, ribeirinhos, pescadores e trabalhadores urbanos. Este evento trouxe ao debate público as temáticas relacionadas aos impactos gerados pelos grandes projetos do governo federal previstos para a Amazônia. A discussão foi dividida em quatro eixos temáticos: grandes empreendimentos (Belo Monte, Madeira, BR 163, entre outros); luta do movimento indígena; luta do movimento popular e terras indígenas (demarcação, impactos culturais, desmatamento, entre outros)

---

[7] Acesso ao documento final em http://noticias.cefet-rj.br/2010/06/07/documento-final-da-conferencia-nacional-de-educacao-%E2%80%93-conae-2010/

Todas as discussões e encaminhamentos deste evento serão compartilhados no Acampamento Terra Livre (ATL). O Acampamento ocorre neste ano em Campo Grande (MS), de 16 a 20 de agosto. O ATL é o grande evento indígena em âmbito nacional. Ele acontece todos os anos em Brasília, tendo sido transferido de modo excepcional para o Mato Grosso do Sul como uma maneira de denunciar as graves violações de direitos a que estão submetidos os Guaranis e demais povos indígenas naquele estado.

São objetivos do ATL 2010: avaliar a situação atual dos direitos indígenas; formular propostas para uma nova política indigenista do Estado brasileiro; tornar visível à sociedade brasileira, aos poderes do Estado e, especialmente, aos candidatos à Presidência da República, a situação dos direitos indígenas e as reivindicações dos povos e organizações indígenas e fortalecer a articulação e unidade do movimento indígena regional e nacional.

CPMI do MST

Durante a última reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do MST, ocorrida no dia 14 de julho, não foi atingido o quorum para a sua realização, para o qual são necessários no mínimo 12 parlamentares. O relatório final já havia sido apresentado, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) havia pedido vista e esta reunião seria para a votação do relatório final.

A bancada ruralista conseguiu as assinaturas pedindo a prorrogação da CPMI e o requerimento foi lido na sessão do Senado. Como a leitura foi feita apenas no Senado, a bancada do PT apresentou duas questões de ordem (no Senado e na Câmara), questionando, pois, como a Comissão é mista, o requerimento deveria ser lido em sessão do Congresso Nacional. O requerimento do Senado está na Comissão de Constituição e Justiça, para se manifestar sobre a leitura; nesta Comissão a relatora da matéria será a Senadora Kátia Abreu; o requerimento da Câmara está com o Presidente do Congresso, Senador José Sarney, para se manifestar.

Enquanto as questões de ordem não forem decididas a CPMI não poderá voltar a funcionar. O prazo de prorrogação é até 31 de janeiro de 2011.

O relatório final é muito positivo para o MST e para o Governo Federal, pois conclui afirmando não ter encontrado irregularidades nos convênios realizados entre órgãos públicos e entidades promotoras da Reforma Agrária, pelo contrário, afirma que os convênios vêm obtendo bons resultados, atingindo as metas com as quais se comprometem, elevando a qualidade de vida das famílias e das comunidades camponesas.

Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária retoma a bandeira histórica da função social da propriedade, consultando a opinião pública sobre a necessidade de recuperar o conceito de "latifúndio por dimensão", previsto no Estatuto da Terra e, depois, esvaziado na Constituição de 1988.

Segundo o entendimento do Estatuto, o caráter do empreendimento capitalista na agricultura deveria cingir-se a dois limites essenciais - à noção de utilização adequada (produtiva, ambiental, e de relações de trabalho justas); e a outra noção de tamanho físico. Conquanto estes limites tenham permanecido "letra morta" na execução da política agrária dos governos militares, sua conceituação legal implicava na desqualificação do imóvel rural que desrespeitasse tais limites, classificando-o para a condição de latifúndio, legalmente susceptível de desapropriação, alta taxação ou às duas penalidades.

A Constituição de 1988 não recebeu o conceito de "latifúndio por dimensão", mas recebeu o conceito de "latifúndio por exploração", qual seja àquele que não cumpre os critérios de "utilização racional e adequada" em sua tríplice explicitação: 1 - a utilização física, 2- a preservação ambiental e 3 - o respeito às relações de trabalho legítimas.

A função social da propriedade, prevista no Estatuto da Terra foi ignorada na época do regime militar. Por sua vez, a função social da propriedade na Constituição de 1988 tem sido ignorada por outros meios - não atualização dos índices de produtividade da terra, grilagem das terras tolerada e

legalizada pela política oficial e, agora, pela tentativa de revisão do Código Florestal, cujas regras vinham sendo sistematicamente violadas.

Na Doutrina Social da Igreja a função social da propriedade relaciona-se com a destinação universal dos bens: "o direito à propriedade privada está subordinado ao direito do uso comum, subordinado à destinação universal dos bens" (João Paulo II. *Laborem exercens*, 140). Esta idéia, João Paulo II retoma ao receber o Presidente Sarney, numa visita a Roma: "A reforma agrária é uma exigência da democracia". A essa compreensão, soma-se que o sentido original da propriedade individual era o de possibilitar a todos o acesso a um mínimo de bens necessários para a vida, um espaço de autonomia e de liberdade – e a garantia que esses bens necessários não fossem usurpados por alguém mais forte. Em nossa sociedade, a propriedade tornou-se o "direito" (quase absoluto) de poder se apropriar do máximo de bens, com exclusão dos outros.[8]

O Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra será um ato de exercício da democracia do povo brasileiro contra a concentração de terras no país, que é o segundo maior concentrador do mundo, perdendo apenas para o Paraguai. Esta consulta popular é fruto da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra, promovida pelo Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) desde o ano 2000.

Cada cidadã e cidadão brasileiro será convidado a votar entre os dias 01 e 07 de setembro, durante a Semana da Pátria, para dizer se concorda ou não com o limite da propriedade. O objetivo final é pressionar o Congresso Nacional para que seja incluída na Constituição Brasileira um novo inciso no artigo 186 da Constituição Federal de 1988 que limite a terra em 35 módulos fiscais, medida sugerida pela campanha do FNRA. Áreas acima de 35 módulos seriam incorporadas ao patrimônio público e destinadas à reforma agrária.

Neste contexto, além de ser um processo pedagógico no exercício da cidadania, ao longo do qual a sociedade debate problemas de relevância nacional, que é o caso da concentração da terra, o Plebiscito Popular aproveita para colocar a reforma agrária no centro do debate político dos candidatos tanto a presidente da república como aos governos estaduais. E o primeiro debate nacional pela televisão pautou o tema do plebiscito. O tema do limite da propriedade foi mencionado no debate, pela força das organizações sociais, pois o conjunto da pauta dos presidenciáveis apresenta a questão agrária de forma demasiadamente tímida, mantendo a histórica concentração agrária no país.

O movimento desencadeado pelo plebiscito precisa evoluir para influenciar a agenda de ações políticas do Estado. Para tal é preciso ganhar a opinião pública, que parece estar submissa a um pacto de acumulação do grande capital na agricultura.

Os resultados do senso agropecuário de 2006, afirmam que apesar de cultivar uma área de apenas 17,7 milhões hectares, a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos que chegam à mesa da população brasileira. 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 85% de bananas, 77% das batatas, 59% de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo, 16% de soja (menor participação).

A soberania alimentar e nutricional do povo brasileiro, cada vez mais concentrado nas grandes cidades, depende de políticas de incentivo à produção diversificada de alimentos, que hora é oferecida pelas propriedades rurais de agricultura familiar.

TCU decide rever as anistias concedidas a vítimas do Regime Militar

No início da segunda semana de agosto, decisão do TCU acolheu solicitação do procurador Marinus Marsico para que todas as indenizações concedidas como prestações continuadas sejam reapreciadas pelo Tribunal, com a justificativa de que as anistias concedidas tem suposto caráter previdenciário e por possíveis ilegalidades.

---

8 Entrevista Martinho Lenz SJ, http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=35317

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça manifestou em nota de opinião de 12/08/2010[9] "a preocupação no sentido de que a decisão do TCU incorra em um equívoco jurídico, político e um retrocesso histórico".

Segundo a nota, o equívoco jurídico se baseia no fato de terem sido tomadas por amostra apenas três casos em meio a 35 mil processos analisados; e também no questionamento da competência institucional do TCU para apreciação das decisões da Comissão de Anistia, visto que o regime jurídico do anistiado é previsto na Constituição e na lei 10.559/2002.

"Do ponto de vista político, o (...) gesto do TCU ao se "autoconceder" uma competência explicitamente inexistente na Constituição pode enfraquecer a própria democracia. Incorre em erro a idéia difundida de que '[...] quem paga não foi quem oprimiu. É o contribuinte. Não é o Estado quem paga essas indenizações. É a sociedade.', expressa recentemente pelo patrocinador da causa. Todo o direito internacional e as diretivas da ONU são basilares em afirmar que é dever de Estado, e não de governos, a reparação a danos produzidos por ditaduras. O dever de reparação é obrigação jurídica irrenunciável em um Estado de Direito."

O reconhecimento da anistia, do ponto de vista histórico, "é um ato político onde reparação, verdade e justiça são indissociáveis". No Brasil o processo de reparação tem possibilitado a revelação da verdade histórica, o acesso aos documentos e testemunhos dos perseguidos políticos e a realização de debates públicos sobre o tema, pendente da necessária transição política.

4. Notícias do Congresso

Lei das religiões

Encontra-se no Senado, desde setembro de 2009, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) que estende a todas as instituições religiosas, direitos como: representações nas capelanias das Forças Armadas[10], prestação de serviços em hospitais e entidades de assistência social... O projeto surgiu, no ano passado, em meio à polêmica provocada pelo acordo assinado pelo Governo brasileiro com o Vaticano. Para garantir a aprovação daquele acordo, foi votado também o texto do PLC 160/09. Há duas interpretações para o projeto: uns acham que o Projeto reconhece, em novo texto legal, direitos já garantidos pela Constituição. O PLC regulamenta incisos do artigo 5º, além do parágrafo 1º do artigo 210 da Constituição, para estabelecer mecanismos que assegurem o livre exercício religioso, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias e a inviolabilidade de crença, bem como o ensino da religião. Outros parlamentares consideram o PLC Inconstitucional, o que, em princípio, deveria ser decidido na Comissão de Constituição e Justiça. Perguntam: será constitucional uma lei que dite normas para as igrejas?

O Projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, tendo o Senador Flecha Ribeiro como relator. Em princípio, deverá ir depois para a Comissão de Constituição e Justiça. Há um acordo, no entanto, entre os senadores para que o projeto seja votado ainda antes das eleições. No dia 03 de agosto, houve uma tentativa de colocar este projeto em votação no plenário, mediante decisão do colégio de líderes.

Transcrição do diálogo realizado entre Pedro Simon e o Presidente do Senado:

O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Sr. Presidente.

9 http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2327604/nota-de-opiniao-da-comissao-de-anistia-sobre-a-decisao-do-tcu

10 O **artigo 9º** é um dos mais complexos: "Cada credo religioso poderá ser representado por capelães militares no âmbito das Forças Armadas Auxiliares, constituindo organização própria, assemelhada ao Ordinariato Militar do Brasil, com a finalidade de dirigir, coordenar e supervisionar a assistência religiosa aos seus fiéis. Parágrafo único: Fica assegurada a igualdade de condições, honras e tratamento a todas os credos religiosos referidos no caput, indistintamente".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB/AP) – Senador Pedro Simon com a palavra.
O SR. PEDRO SIMON (PMDB/ RS) – Sr. Presidente, com o maior respeito ao nobre Senador do Pará, Flecha Ribeiro, eu acho que essa matéria não deveria ser votada agora.
O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB/AP) – Nem vai ser. Não consta.
O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Eu digo o porquê: ela merece um estudo mais profundo, é uma matéria que não foi discutida, não foi debatida. Eu acho que ela merece uma análise maior na comissão para ser votada numa hora tão urgente que nem esta. Com todo o respeito,..
O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB/AP) – V. Exª tem razão, e o projeto não vai ser votado, não será votado.
O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Lei do Código Florestal

Continua a polêmica sobre as mudanças no Código Florestal, em discussão na Câmara dos Deputados. O texto que altera o Código, de autoria do deputado Aldo Rebelo, foi aprovado em comissão especial da Câmara no início de julho; aguarda a votação em Plenário para depois seguir ao Senado. Entre os pontos polêmicos estão:

a) O texto mais conflitivo: o que perdoa quem desmatou em áreas protegidas até julho de 2008;

b) O que acaba com a obrigatoriedade de reserva legal para pequenas propriedades e amplia a autonomia dos estados para legislar sobre meio ambiente.

Os *Ruralistas* afirmam que a atual legislação ambiental engessa a produção no campo, pois obriga o produtor rural a preservar parte da área de sua propriedade. Eles pedem perdão de multas por desmatamento e defendem a redução do tamanho das áreas a serem preservadas dentro das propriedades. Os *Ambientalistas*, por outro lado, acusam os ruralistas de tornarem flexível demais a legislação ambiental para atender a interesses econômicos. Entidades e parlamentares ambientalistas defendem a manutenção dos atuais limites de reserva legal e são contrários à anistia a desmatamentos ilegais. É como se as pessoas que cometeram crimes tributários fossem anistiadas pela Receita Federal, disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Para superar os impasses, a ministra do Meio Ambiente defende a instauração de um diálogo franco com o Congresso Nacional para debater o assunto de forma abrangente. Caso a matéria seja aprovada pelo Congresso Nacional, na forma do texto como está, é possível que o Ministério do Meio Ambiente sugira o veto presidencial aos pontos mais críticos ou envie ao Congresso outro projeto de lei para alterar os pontos polêmicos. Também preocupam a Ministra do Meio Ambiente as propostas que possam prejudicar compromissos internacionais.

Novas regras para a filantropia

O presidente da República assinou, o decreto nº 7237, em 20 de Julho de 2010, que regulamenta a Lei 12.101/2009 (Lei da Filantropia). A nova lei altera a forma de certificação das entidades que podem ser beneficiadas com isenções tributárias. Entre as inovações da nova lei, destaca-se a mudança no processo de certificação, que antes era feita pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com a nova legislação, a certificação sai da alçada do CNAS e passa a ser dividida em três áreas: saúde, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde; educação, sob a responsabilidade do Ministério da Educação; e assistência social, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Licença-maternidade de 180 dias

Chegou à Câmara a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), aprovada no dia 3 de agosto pelo Senado, que prorroga a licença-maternidade de quatro para seis meses. A PEC garante a licença de seis meses a todas as mães, independentemente de pedido de prorrogação ou adesão de empresas.

Atualmente a Lei da Empresa Cidadã (Lei 11.770/08) já oferece incentivos fiscais para empresas privadas que estenderem a licença maternidade por dois meses. A empresa que opta pelo programa pode deduzir do imposto devido o total da remuneração integral da empregada, pago no período de prorrogação da licença-maternidade. A mesma lei faculta à administração pública instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras. No âmbito federal, as servidoras já tiveram o direito assegurado. Vários estados e municípios também já concederam a licença ampliada.

PEC do divórcio aprovada pelo Senado

O Senado aprovou, em segundo turno, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que elimina a exigência de separação judicial prévia para obter o divórcio, a chamada PEC do Divórcio. A emenda foi promulgada pelo Congresso (sem passar pela sanção do presidente da República) para entrar em vigor. Ao se separar até então um casal era obrigado a esperar dois anos para conseguir o divórcio. Com a emenda aprovada, será possível formalizar a separação logo, liberando imediatamente o casal para se casar novamente. Além de eliminar o tempo de espera para a confirmação da separação, a PEC simplificará o processo de divórcio, reduzindo gastos com advogado e custas judiciais. Tanto a Igreja Católica quanto as Igrejas Evangélicas eram contra a PEC do Divórcio. “Abolir a exigência de separação prévia poderá precipitar divórcios e novos casamentos de casais recém-separados”, explicitaram as Igrejas.

Aprovação da MP 483

Foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Medida Provisória 483, de 2010, que dispõe sobre a organização da Presidência da Republica e de outras providencias. As Secretarias Especiais perdem a caracterização de especial, passando a ser denominadas Secretarias de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Portos. Tais Secretarias passam a ter status de Ministério e os antes Secretários Especiais, passam a ter status de Ministros de Estado.

A MP 483 cria, também, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma Secretaria, em caráter extraordinário, para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiria de áreas rurais na Amazônia Legal.

Cria, ainda, uma nova Secretaria, no âmbito do Ministério da Saúde, que deve se dedicar à promoção da saúde indígena, permitindo que o Ministério da Saúde passe a executar as atribuições atualmente exercidas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

A criação desta Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) configura-se como uma grande vitrine dos povos e organizações indígenas, que a estão reivindicando há bastante tempo, ao mesmo tempo em que vem denunciando o descaso com a saúde indígena por conta da FUNASA.

Contribuíram para esta análise:
Pe. Antonio Abreu SJ, Pe. Bernard Lestiene SJ, Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades),
Daniel Seidel, Ir. Delci Franzen, Pe. José Ernanne Pinheiro, Pe. Nelito Dornelas e Paulo Maldos

Prof. Msc **Daniel Seidel**
Universidade Católica de Brasília e CBJP/CNBB

Dez “mandamentos” para o voto consciente

1º) Procure conhecer o passado, as ideias e valores do candidato ou candidata. Se ele já se envolveu em escândalos de corrupção, comprou votos, foi cassado pela Justiça, renunciou a mandatos para escapar de punições ou se aliou a grupos envolvidos com essas práticas: simplesmente não vote nele(a)!

2º) Não basta que os candidatos tenham a “ficha limpa”. É preciso conhecer as intenções e propósitos de cada candidata/o: quem financia a sua campanha? Quem ele realmente vai representar? Procure se informar. Exija dela/e uma vida honrada, do mesmo jeito com que você procura conduzir a sua vida;

3º) Conheça mais a lei eleitoral: participe de palestras, reuniões e debates. Sua vida em comunidade exige que você esteja mais informado sobre assuntos tão importantes.

4º) Ajude a criar ou fortalecer um Comitê da Lei 9840 para o Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e aplicação da Ficha Limpa. Se você faz parte de algum grupo ou organização social (Associação, Sindicato, Igreja, Clube de Mães, Centro de Direitos Humanos), saiba como fazer no site www.mcce.org.br.

5º) Denuncie a compra de votos: quando uma pessoa aceita um benefício em troca do seu voto se condena a viver sem emprego, educação, segurança pública. Assim, o remédio hoje recebido em troca do voto poderá mais tarde custar a falta do hospital que salvaria a sua vida ou a de seu filho.

6º) Denuncie o desvio de recursos públicos para fins eleitorais. É muito grave que um candidato se utilize de bens e serviços públicos para ganhar as eleições.

7º) Tire fotos, grave ou filme se notar qualquer sinal de compra de voto ou de apoio eleitoral, utilizando o mal uso do dinheiro público, pois ajuda a comprovar a irregularidade na denúncia ao Juiz Eleitoral, ao Ministério Público ou até mesmo à Polícia.

8º) Não vote em pessoas que mudam de partido, como “quem muda de roupa”. Ao votar no candidato, não estamos votando só na pessoa, mas no partido, ajudando a eleger outros candidatos do mesmo partido ou coligação: por isso saiba quem são os outros candidatos da legenda.

9º) **Procure saber se o candidato tem compromisso com a defesa da vida em todas as suas fases, bem como com a realização da Reforma Política, Reforma Agrária e com Direitos Sociais fundamentais:** como criação de emprego e geração de renda, melhoria da saúde e da educação, defesa do meio ambiente e da Cultura da Paz. Cobre esse compromisso.

10º) Pense bem antes de votar, escolhendo pessoas que se prepararam para administrar (Presidente e Governador) ou fazer leis (deputado federal e estadual e para o senado) em benefício de toda a sociedade, nunca em proveito pessoal. Não deixe para a última hora a escolha dos candidatos a deputado e senador. Depois da eleição, acompanhe o trabalho dos eleitos.

Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil e

Comissão Brasileira Justiça e Paz

Não jogue na rua este folheto. Tire cópias e distribua para quem você conhece. Se você usa internet, aproveite para retransmitir estas mensagens a todas as pessoas que você conhece. Veja www.cbjp.org.br